

Teoria da peste e regulação da profissão médica no *Trattado unico da constituicam pestilencial de Pernambuco* (1694) de João Ferreira da Rosa

BRUNO MARTINS BOTO LEITE*

Em 1693, o frei Antônio de Santo Elias, no imprimatur do livro *Trattado único da constituicam pestilencial de Pernambuco*, que seria publicado um ano depois, emitia o seguinte juízo a respeito do conteúdo da obra do médico português João Ferreira Rosa¹:

Li o tratado da constituicão pestilencial de Pernambuco que compôs João Ferreyra Rosa medico formado na Universidade de Coimbra, & assistente no mesmo estado, & não achei nele cousa alguma que encontre nossa Santa Fé, ou bons costumes; antes me parece será muito útil para as Capitánias do Brasil para onde com especialidade o compõem o autor, & ainda para alguns lugares deste Reino aonde se padece o mesmo detrimento de curarem todo o gênero de males aqueles que só aprenderam a rasgar as veias, ou a curar feridas, & chagas (ROSA, 1694: Imprimatur)

O imprimatur deixava claro a utilidade de tal obra: em primeiro lugar, o conteúdo do livro voltava-se para às Capitánias do Brasil, notadamente aquela pernambucana, auxiliando os poucos médicos e os muitos leigos que se encontravam nos trópicos ao melhor conhecimento da enfermidade que enfrentavam naquele momento. Em segundo lugar, o interesse da obra se mostrava também quanto à regulação das atividades médicas empreendidas por aqueles que, no dizer mesmo de

* Doutorando no Instituto Universitario Europeo – Florença

1 A respeito da biografia do autor do *Trattado unico da constituicam pestilencial de Pernambuco*, Barbosa Machado diz que: *JOAO FERREIRA DA ROSA professor de Medecina em cuja faculdade se formou em a Universidade de Coimbra onde foy dos medicos do partido delRey. Assistindo em Pernambuco quando governava este Estado o Marquez de Montebello Felix Machado de Mendonça observou com profunda investigacão as causas do mal Epidemico que devastava aos seus moradores escrevendo para seu remedio. (MACHADO, 1747: 658)*

Rosa, *se intrometem a curar na falta de médicos nestas povoações*. (ROSA, 1694: dedicatória) Além disso, o imprimatur também salientava a situação em vigor, tanto no Brasil quanto em Portugal, da falta de médicos peritos, que fazia com que os muitos cirurgiões, barbeiros e apotecários tomassem para si funções que aparentemente não lhes cabiam.

Estes tais “intrometidos”, mencionados pelo censor e pelo próprio Rosa, ficavam ainda mais aparentes num parágrafo da parte do Tratado que se referia a “Notícia dos motivos da primeira disputada”. Dizia o autor que:

Me excitou o desejo de alguma utilidade para estas Capitánias (...) (em cujas povoações se intrometem a curar na falta de médicos os cirurgiões, & barbeiros, & outras pessoas; aos quais dará alguma luz este meu trabalho, por não poderem tirar de outros volumes que não tem, nem entendem, cousa que tão facilmente acomode). A procurar o prelo; assim por ser este tratado em romance, & não haver muitos de semelhante matéria em nosso idioma (ROSA, 1694: Notícia dos motivos da primeira disputada)

Assim sendo, o tratado de Rosa, contribuía para a compreensão da doença pestilencial entre os médicos menos preparados, como os cirurgiões e barbeiros. Dai o fato dele ter sido escrito em língua vulgar e não em latim. Outrossim, ele também se propunha a corrigir certas compreensões “equivocadas” acerca da doença que no momento vigia nos trópicos.

Isso fica bastante evidente logo no início do tratado, na crítica que o autor faz a interpretação que o cirurgião flamengo Antonio Brebon havia feito da doença pernambucana. Brebon era cirurgião de um dos navios portugueses que havia aportado em Pernambuco. No momento em que o dito navio deixava a referida capitania, o mal que assolava a cidade havia também se infiltrado entre os tripulantes da nau e causava problemas para os viajantes. Segundo a própria narrativa do cirurgião, que Rosa anexou ao seu tratado, os tripulantes morriam pouco a pouco sem que ninguém encontrasse a cura.

Antonio Brebon então, resolveu-se, com licença do Capitão do navio, praticar uma autópsia num dos corpos dos doentes que haviam morrido na nau para tentar descobrir a causa de tal mal e seus possíveis remédios. Ao abrir o corpo do cadáver moribundo, Brebon nos relata que:

dando lhe principio pelo peito, aonde não achou lesão alguma, nem motivo que desse causa à morte. E descendo ao estomago, & região do ventre, achou o figado podre da parte interior o qual estava de diversa cor da natural, & de hum pedaço de figado que não estava corrupto; & o baço estava são, & ileso, como também o bofe; & a bexiga do fel estava quase seca, & com diferente cor da que devia ter: & achou ele testemunha que a podridão que estava no figado, estava no original das veias que vem do mesmo figado; mas ele testemunha se não persuade que as lombrigas, que achou, pudessem picar no dito figado. E fazendo mais exame no estomago, achou nas membranas dele quantidade de humor viscoso de cor negra a modo de felugem, & no estomago algumas lombrigas grandes, & pequenas da qualidade das compridas.
(ROSA, 1694: relatório de Antonio Brebon)

A sucessão de achados do cirurgião Brebon continua, mas poupo o leitor destes detalhes que podem ser obtidos pela leitura do documento. Entretanto, o ponto importante da autópsia do cirurgião flamengo é o fato deste observar nas lombrigas achadas no corpo analisado a causa principal da doença que assolava a capitania de Pernambuco. É por isso que Antonio Brebon proporá emplastros vesicatórios na nuca, braços e pernas, para expurgar a matéria pútrida, causada, segundo ele, pelo “picar” das lombrigas, e bebidas vermífugas, para expurgar as lombrigas e curar o mal.

Esta alternativa sera largamente criticada na *disputada I* de Rosa, afirmando como argumento principal aquele de que as doenças complexas, como era, segundo ele, a tal peste brasileira, deveriam ser curadas com remédios complexos. E portanto a solução proposta pelo cirurgião flamengo, sendo simples demais, não poderia ser aceite. Os argumentos de Rosa baseavam-se em obras de autores reputados por grandes

médicos e sábios, como Cypriano Maroja², Luís Mercado³, Zacuto Lusitano⁴ e Daniel Sennert⁵. Dai que a alternativa de Rosa se apresentava como a mais autorizada.

A obra havia sido encomendada pelo Rei, na época D. Pedro II de Portugal, aos médicos os mais peritos para que se informassem a respeito das qualidades, princípios e causas do contágio propostas pelos médicos e dos remédios, preservativos e curativos, utilizados na conjuntura da peste. A partir das informações enviadas pelos médicos da Capitania de Pernambuco, sobretudo das cidades de Olinda e São Thomé, é que Rosa, um médico perito da corte, pensou e escreveu seu tratado⁶. A conclusão de sua obra deveria se basear na indagação a respeito da mortandade da doença: se a causa desta fora a malignidade da doença ou erro da partes dos médicos concernidos. Rosa responde com as duas alternativas.

2 Cypriano Maroja era médico de Santo Ofício da Inquisição.

3 Luís Mercado nasceu em Valhadolid e na mesma cidade ensinou medicina. Tornou-se posteriormente médico do rei Filipe II, e posteriormente de Filipe III. Ele morreu em 1599 aos oitenta e seis anos e parece ter sido um dos mais ilustres médicos espanhóis. Escreveu mais de dez obras sobre medicina.

4 Zacuto Lusitano nasceu em Lisboa no ano de 1575 de pais cristãos-novos. Estudou filosofia e medicina em Salamanca e em Coimbra. Depois do que, e com a morte de seus pais, retorna a Lisboa e ali exerce a profissão de médico. Entretanto o édito de Filipe IV de 1625 contra os cristãos-novos e seus filhos, o obrigam a deixar seu país. Zacuto parte para a Holanda onde faz-se circuncidar e abraça abertamente a religião judia. Morre em Amsterdam no dia 21 de janeiro de 1642. Publicou diversas obras médicas.

5 Daniel Sennert nasceu em Breslau no dia 25 de novembro de 1572. Formou-se em medicina na Universidade de Wittenberg em 1601. No ano seguinte ele tomou o lugar de Jessenius como professor nesta universidade e adquiriu uma reputação tal que o eleitor da saxônia o tomou por seu médico pessoal em 1628. Foi um dos primeiros médicos que tentou conciliar os princípios médicos de Galeno com aqueles de Paracelso, inserindo o debate químico no interior da medicina. Ele também tratou de servir-se de elementos do atomismo antigo em seu conhecimento médico, se colocando em frontal oposição à filosofia peripatética. O que lhe custou uma acusação pelo tribunal do santo ofício da Inquisição, do qual escapara. Publicou aproximadamente quinze obras.

6 *Tanto lastimou a vossa Real Majestade a funesta voz de tantas calamidades, & o trágico eco de tantas mortes, com que acabaram tantos vassallos de sua Real coroa nestas conquistas (efeitos da venenosa qualidade de hum agudo contágio) que querendo prevenir antidoto para tanto veneno, mostrando-se Rei piedoso, foi servido mandar que os médicos deste Pernambuco informassem das qualidades, princípios, & causas deste contágio; & juntamente dos remédios preservativos, & curativos, de que cada hum até o presente tem usado, para que examinada sua informação, & praticada pelos médicos mais peritos desta corte, resolvessem se tantas mortes eram efeitos da malignidade do achaque, ou se eram abortivos partos do erro em os médicos, & sendo erro o mandasse atalhar com lhes mostrarem o caminho para o acerto.* O relato da encomenda do rei se encontra nestas palavras do próprio autor: *Fui eu dos primeiros médicos, a quem se intimou a ordem de vossa real majestade; & procurei quanto pude não ser dos últimos em obedecer a seu mandado. Em poucos dias, quantos foram bastantes para escrever, & não para estudar, fiz este tratado, em que relato o que a minha experiencia alcançou, & a minha limitada ciência tem obrado: & pareceu-me que dando-se à estampa poderia ser de alguma utilidade para os que quiserem saber os princípios, aumento, & declinação de tao grande contágio, principalmente os que se intrometem a curar na falta de médicos nestas povoações; aproveitando se também dos documentos, que dos mais doutos, & experimentados médicos que li aqui a ponto.* (ROSA, 1694: dedicatória)

Dito isto, a importância da obra de João Ferreira Rosa na regulação da profissão e na elaboração oficial de uma interpretação médica da doença contagiosa, notadamente aquela que se expandia nas ruas das cidades de Olinda e São Thomé, é central. Daí que a análise de sua interpretação do morbo contagioso nos permite entender a interpretação oficial vigente em Pernambuco no momento final de uma epidemia que havia começado em 1685 e que, no momento da publicação da obra, já durava nove anos.

A peste de Rosa – Origem, causas e mecanismos de difusão:

A doença que assolou Pernambuco à partir de 1685 foi, segundo Rosa, uma febre pestilencial ou, em palavras mais familiares entre os homens daquela época, uma epidemia de Peste. A definição de tal mal repousava, antes de mais nada, na ideia de que tal doença, vigente em terras brasílicas, como aquelas que já haviam ocorrido em Europa, era “perniciosa”. Pois que, em base na definição de Galeno, Rosa dizia que *para ser peste, não encomenda mate a muitos, sendo dos mortos a maior parte, como querem alguns; mas que basta que seja pernicioso* (ROSA, 1694: 2).

Isto já respondia à uma das perguntas que Rosa levantara como ponto de partida de seu tratado: se a mortandade era grande pela malignidade da doença. A resposta a esta pergunta dependia da interpretação que ele emitiu acerca da natureza da doença. A doença pernambucana era interpretada como sendo a peste em base nos relatos enviados da Capitania à Corte portuguesa. Assim sendo, o autor definia a peste desta forma:

esta é a mais cruel doença, que tem o mundo: a qual por sua má qualidade oculta inimiga do coração, tem feito mais estrago, do que outras contagiosas, ou seja Lepra, ou Phthisis, ou Galico, etc. (ROSA, 1694: 3)

Dito isto, para melhor definir o mal seria necessário indagar ainda a respeito de suas causas, de sua duração, de seus mecanismos de difusão, de seus sinais e de seus prognósticos. Isto serviria largamente a Rosa e aos médicos da época de ponto de partida seguro para a preservação e a cura da doença. Em outras palavras, a definição oficial de Rosa serviria à ação e intervenção dos médicos, cirurgiões, barbeiros e outros,

contra a doença que assolava a capitania de Pernambuco.

Causas da doença

Para Rosa, assim como para grande parte dos médicos de sua época, a causa principal de uma doença comum ou universal deveria repousar sobre um principio que fosse, também ele, comum ou universal. Esse principio ou veículo seria o ar. No ar seriam gerados os princípios da doença e pelo ar a doença se propagaria. Nos dizeres do próprio autor:

E que seja o ar o veículo, mediante se comunica, & gera a peste, todos o afirmaram com Hipócrates, & Galeno: porque nos é o ar tão necessário, que em o recebermos está a nossa vida: & quando este participa de boas qualidades, serve muito para a saúde; & tendo-as perniciosas, nos causa muitas enfermidades: o que nos ensina Hipócrates.
(ROSA, 1694: 8-9)

Mas de que maneira a doença teria o seu principio no ar? Seria ela gerada a partir da alteração do ar em uma substancia morbosa, no dizer da época “pútrida”, ou seria o ar simplesmente o veiculo de difusão da doença, atuando como mecanismo explicativo do contágio? A questão da alteração do ar na época de Rosa era bastante espinhosa pois tocava nos princípios da teoria das formas substanciais de Aristóteles que fundamentava a medicina galênica, a filosofia escolástica e o sacramento da eucaristia. A questão da corrupção do ar era controversa porque na teoria aristotélica o ar era tido por um dos elementos constitutivos da matéria e portanto não poderia sofrer nenhum tipo de alteração, pois se assim fosse não se constituiria mais como elemento, mas como substância.

Rosa resolve essa questão de maneira simples, sem deixar de se manter dentro dos cânones da ortodoxia de sua época: o ar, para Rosa, altera a sua qualidade, perdendo a forma elementar e tornando-se substancia mista. Dentro desta substancia ainda reside o ar enquanto matéria primeira.

Mas o que poderia alterar a qualidade do ar transformando-o em uma substancia

mista pútrida e morbosa? Rosa, seguindo a tradição médica, dá diversas respostas para esta pergunta: a alteração da qualidade do ar pode-se dar pela ação de eclipses da Lua ou do Sol, pela ação dos aspectos de estrelas e planetas, pelo fato do ar estar viciado pelas qualidades e pela ação das qualidades ocultas.

Entretanto, apesar desta explicação, a resposta para a geração ou causa da doença não se achava necessariamente, no pensamento de Rosa, conectada com uma alteração na qualidade do ar. O ar poderia ser contaminado por corpos morbosos externos a ele e servir de meio de difusão da doença, ser ser a sua única causa. Esses agentes externos seriam os vapores de lagos, os corpos sem sepultura, os poços fechados, a carne podre, os frutos corrompidos e os alimentos ruins. Estes princípios causados pela ação destes mecanismos propostos na teoria de Rosa, seja pela corrupção do ar, seja pela corrupção de outros corpos, produziriam não somente a doença mas também “sementes” que explicariam a difusão da doença assim como a sua permanência e duração.

Duração e difusão da doença:

A peste, segundo autores como Zacuto Lusitano, Daniel Sennert e Paulo Zacchia⁷, podia ter uma duração variável: indo de três meses até cinquenta anos, como atesta a história de Evágrio de Ponto a respeito da peste de Justiniano que durara acerca de cinquenta anos. Entretanto, segundo as teorias da época, o princípio que originava putrefação que estava na base da doença pestilencial não era capaz de manter a doença por muito tempo ativa⁸, era necessário outros mecanismos explicativos que dessem sentido a longa duração da afecção morbosa. Um desses mecanismos está expresso na seguinte frase de Rosa:

7 Paulo Zacchia era médico do Papa Inocêncio X e protomédico dos Estados da Igreja, onde ele morreu em 1659 aos setenta e cinco anos de idade. Sua obra mais importante é o primeiro grande tratado de medicina legal, o *Quaestiones Medico-legales*, Lípsia, 1630.

8 Um eclipse do sol ou da lua ou uma conjunção precisa de planetas e estrelas ocorriam num limite temporal bastante preciso e limitado que nem sempre explicava a duração da doença, que como nós expusemos variava de três meses à cinquenta anos, mas somente serviam àqueles homens que raciocinavam levando em consideração o conhecimento astronômico, a pensar as causas de tais fenômenos,

A causa principal, & primaria não persiste (...) & na sua falta o que resta, se deve atribuir aos seminários putredinosos, os quais persistem pela lentidão, & viscosidade; por cujas disposições perseveram muitos tempos sem se resolverem (conforme Mercado) & podem durar por três anos, como ordinariamente costuma suceder, conforme Maroja; deixados esses resquícios daquela daquela ou daquelas primeiras causas. Nem elas foram pestilentes, se não foram contagiosas: & por isso se chamam tais, porque tem causa comum, como ensina Vallesio (ROSA, 1694: 6)

Neste trecho, fica evidente a interdependência da noção de peste à noção de doença contagiosa: toda peste é contagiosa para o pensamento da época. A noção de contágio empregada por Rosa se baseava naquela já proposta houve mais de cem anos pelos médico veronês Girolamo Fracastoro no seu livro *De contagione* (1546).

O veronês explicava que o contágio poderia acontecer segundo três modalidades precisas: o contágio por contato, o contágio por *Fomes* ou relíquias (restos) deixadas pelos doentes e o contágio à distância. Nessas três modalidades incorria com importância a aceitação da antiga teoria dos seminários das coisas de forte odor atomista. A teoria dos seminários ou sementes das coisas (*semina rerum*), proposta pelo romano Tito Lucrécio Caro, explicava o limite reprodutivo inerente a cada espécie. Esta teoria explicava porque um casal de bois somente poderia reproduzir um boizinho macho ou fêmea, e não uma pedra, uma árvore, um siri ou uma borboleta. A explicação da semente das coisas atuava na observação acerca da diversidade das espécies e no fato que cada espécie só seria capaz de se auto reproduzir. Senão tudo poderia gerar tudo, de uma vaca poderia nascer uma rã, de uma formiga uma lombriga, de tartaruga uma pedra e assim por diante, o que não acontece.

Contudo, a teoria das sementes das coisas, feita num universo fortemente marcado pelo problema do Ser, não explicava unicamente a origem dos seres providos de alma, ou, o que vale a dizer, os seres vivos. Ela também explicava a origem das coisas inanimadas, como as pedras mas também as doenças. Assim, nesse caso, cada espécie de doença teria a sua semente precisa. E, dito isto, esta semente explicaria

também o motivo da longa duração das epidemias pestilenciais, pelo fato que, ao contrário das causas, as sementes durariam um tempo consideravelmente maior.

Portanto, estas sementes, propostas na teoria médica por Fracastoro, explicariam o fenômeno da duração e da difusão do contagio. Entretanto, a figura da teoria usada por já é bem diferente daquela original proposta pelo veronês. Como as suas próprias palavras nos deixam ver:

E assim se deve comunicar da parte aonde está a má qualidade em seminários, ou em sua semente, a outro sujeito, produzindo outra semelhante qualidade. E vindo de hum doente a outro fica distinta da qualidade venenosa do Basilisco, ou da Salamandra, ou da víbora porque a estes animais é natural, não inficiona o sujeito próprio. E vindo de seminários, procede de relíquia conservada em uma mistura, que com parte viscosa, & lenta se não desvanece tao facilmente, como sucede faltando estas qualidades: a qual doutrina é de Maroja.
(ROSA, 1694: 7)

A teoria do contagio usada por Rosa adveio de uma total releitura daquela original já mencionada, esta releitura havia sido feita pelo professor de medicina na Universidade de Valhadolid e médico da Santa Inquisição, Cypriano Maroja. Pelo que parece, a principal modificação feita por Maroja na teoria de Fracastoro é que o medico espanhol nega parece negar a difusão do contagio à distancia, dando maior ênfase à difusão pelo contato e pelos fomes ou restos dos doentes aos quais os seminários aderem pela sua viscosidade.

Assim, a explicação da duração e difusão residem na adoção da parte de Rosa, e dos mais autorizados médicos de sua época, da teoria do seminário do contagio usada por Fracastoro e reinterpretada pelos médicos posteriores. É pela semente que a doença se difunde e é na semente, pela reprodução da doença em novos corpos, que se explica a duração da peste.

Sinais e prognósticos da doença

Os sinais da doença se baseiam em três princípios, os quais são: qualidade mudada (febres), ação lesa; excreção e retenção (fezes e urina). Os sinais mais frequentes são: frequência do pulso com langor; insonias e delírios, ictericias e supressão da urina.

Esses sinais contrariam totalmente a interpretação oferecida pelo cirurgião Antonio Brebon (ou Berbon) que havia, como já dissemos, posto toda a explicação das causas e sinais da doença na existência de vermes no trato digestivo dos tripulantes mortos sujeitos à sua autopsia. João Ferreira Rosa, por outro lado, atacara' todos aqueles que, como Brebon, elaboram suas teorias em base puramente a observação sem possuir nenhum conhecimento das teorias disponíveis a respeito dessas doenças formuladas por médicos e filósofos baseados na leitura dos clássicos da antiguidade. Diz Rosa que:

Não falo com os médicos sábios, prudentes & vigilantes; só se entende dos pseudomédicos, os quais abonando-se de antigos, de experimentados, & de conhecerem o clima, fazem-se persuadir aos miseráveis por protomédicos, tomando a cada passo sobre seus ombros este tremendo peso, ao qual se não submetera Hipócrates com tanta confiança; pois diz, que nunca chegou ao fim da medicina: nunquam ad finem medicinae perveni, neque inventor ipsius Aesculapius. (ROSA, 1694: 32)

Assim sendo, a explicação de Rosa, ao contrario daquela de Brebon, repousa-se sobre uma vasta discussão teórica e conceitual baseada nos livros em latim escritos por médicos que não somente conheciam esta língua mas também serviam-se de todo o conhecimento disponível da antiguidade e de sua época. Mostrando-nos a importância da cultura clássica, filosófica e científica, para a produção médica europeia e notadamente aquela feitas em terras portuguesas e brasileiras.

A peste de Pernambuco

Após ter falado do modo como João Ferreira Rosa concebia objetivamente a doença pestilencial, convém analisar o modo como ele interpretou particularmente aquela de Pernambuco. Visto que para ele a origem da peste advinha da alteração do ar pela ação dos corpos celestes ou pela alteração de outros corpos cujo produto se incorporaria à massa aérea, ele dirá que a peste de Pernambuco teve precisamente três causas. Duas delas advinham de conjunções celestes como pode ser lido nas palavras do autor:

tendo nós já dado noticia, que o ar se pode viciar pelos astros, (quaisquer que sejam) & principalmente pelos eclipses do sol, & da lua; podemos entender que não faltaram estas causas (ROSA, 1694: 11)

A primeira delas foi um eclipse lunar que ocorreu no ano em que 1685. O autor diz que

pois no ano de 1685. a dez de Dezembro (conforme Argolo) houve eclipse da Lua na cabeça do Dragão no signo de Gêmeos, & sol na cauda do Dragão no signo de Sagitário, & conjunção com Mercúrio, & oposição com a Lua. (ROSA, 1694: 11)

Esse eclipse, junto com as outras duas causas, teria sido o motivo pelo qual a cidade de Olinda, e aquela de São Thomé, havia sido devastada por longos anos pela doença. O segundo motivo era um eclipse do sol que havia também sido observado no mesmo ano pelo eminente padre da Companhia de Jesus, Valentim Estansel, que, num manuscrito ainda não encontrado, mencionava as suas nefastas influencias. Diz o autor que

Precedeu algum tempo antes outro eclipse do Sol, a quem um insigne matemático padre da Companhia Valentim Estansel chamava aranha do sol; & conforme a calculação, & juízo, que formou dos movimentos dos planetas, alem de outros infortúnios, prognosticava doenças. E em hum

trateado manuscrito diz nesta forma: Duraram os efeitos de seus venenosos influxos (se a divina misericórdia não se compadecer de suas criaturas) até o ano de 1691. oxalá não passem a mais anos nossas calamidades. (ROSA, 1694: 11)

Esses dois eventos celestes, um eclipse da lua e um do sol, ambos ocorridos em 1685, haviam concorrido suficientemente, segundo Rosa, para alterar a qualidade (e não a natureza) do ar, trazendo para a capitania de Pernambuco o mal que desde então lhe foi submetido. Entretanto, essas não eram, segundo o médico coimbrão, as únicas causas do referido mal. Incurria também uma terceira.

A ultima causa proposta por Rosa advinha de um carregamento de carne podres que havia chegado a Olinda dos portos de São Thomé. Diz o autor que:

Sendo também capazes de comunicar vicio pestilencial ao ar os vapores de carnes podres; também estes não faltaram: pois se viu evidentemente, que ao abrir de umas barricas de carne podre vindas em navegação de São Thomé, caiu imediatamente, & brevemente morreu um tanoeiro; o que sucedeu na rua da Praya; & assim mais quatro, ou cinco da mesma casa; & se foi pela mesma rua primeiro comunicando. (ROSA, 1694: 11-12)

Dito isto, o complexo de causas da peste pernambucana proposto pela pericia de João Ferreira Rosa explicaria as origens do mal e permitiria ao autorizado médico da corte de D. Pedro II propor todas as medidas necessárias à extinção do mal. Os *seminários* gerados pelos corpos alterados por estas três causas, na mente do médico, se propagavam pelos corpos, roupas, louças, caixas, sepulturas e casas dos habitantes da capitania fazendo com que a doença durasse mais de oito anos com enorme difusão pela região. A causa de tao enorme mortandade, alem dos erros dos cirurgiões, era também a perniciosidade do mal pestilencial.

Remédios privados e medidas publicas

Sendo estas as causas e os mecanismos da doença que atingiam Pernambuco segundo a autorizada pericia do medico real, as medidas as mais apropriadas a serem tomadas dividiam-se em dois grupos precisos: as medidas publicas e os remédios, preservativos ou curativos.

As medidas publicas propostas por Rosa, e, que na altura em que ele as relatava já estavam sendo usadas na capitania de Pernambuco eram quarentenas, que ele infelizmente não especifica a localidade os são eram separados dos doentes, as fogueiras publicas e a limpeza das cloacas e das casas possivelmente infectas.

As fogueiras publicas, seguiam o exemplo de Hipócrates, descrito por Tucídides e Lucrécio. Segundo estes autores, Hipócrates liberara Atenas da peste pelo acender de fogueiras em todas as ruas da cidade, as quais consumiam os seminários ou vapores pútridos que se achavam no ar. Segundo Rosa, as fogueiras que seriam acesas em Pernambuco deveriam conter também, assim como naquela do médico de Cos, substancias odoríferas que auxiliariam a destruição das substancias infectas e consumação dos seminários. Estas substancias, segundo o autor, eram o incenso, a almecega, o balsamo, o óleo de copaúba, alguns ramos de aroeira, e a erva cidreira.

A limpeza das casas e cloacas eram seguidas por defumações feitas com erva cidreira, arruda e losna secas, incenso, enxofre e mirra. Além do que, segundo conselho de Daniel Sennert, as casas deveriam também ter seus muros borrifados de cal e água e defumadas com fumos de arruda, das bagas de louro e zimbro para a purificação .

Isto feito, os médicos poderiam testar o nível o podridão dos recintos por dois métodos bastante simples: o teste do pão quente e o teste dos ovos frescos. O teste do pão quente consistia em tomar-se um ou dois pães quentes do forno para a casa que se quer testar, dividindo os pães em duas ou mais partes e colocando-os no lugar onde antes havia leito onde se acomodava um pestilento. Depois de um dia depositados ali, se ainda houver a substancia do contagio, os pães apodreceram. O teste dos ovos frescos segue a mesma logica do outro teste. Toma-se alguns ovos frescos batidos e coloca-os na câmara em que havia pestilentos, em um tempo de quatorze horas, se os ovos se corromperem e estiverem espumosos, é porque ainda há ali matéria pútrida.

Estes exames bastante chocantes e curiosos para uma mentalidade hodierna, constituíam as formas ou praticas utilizadas por aqueles médicos para avaliar o grau de

perniciosidade e contágio que a doença exercia sobre os vassallos do rei vivendo naquela região.

Todos os restos dos doentes, segundo o conselho do próprio Rosa, deveriam ser, quando não queimados, lavados, na medida do possível, de maneira impecável. Os habitantes da capitania deveriam evitar, segundo conselho de Avicena, os ventos meridionais pela sua perniciosidade e bem receber os setentrionais, tidos por benfazejos.

Por outro lado, os remédios preservativos e curativos constituíam uma enorme lista que convém somente citar os mais usuais ou os mais curiosos. O médico receitava a todos os cidadãos que portassem em punho uma esfera ou *pomo* preenchida de substancias aromáticas⁹. Aos mais ricos era aconselhado que portassem anéis de pedras preciosas, como a esmeralda, o jacinto e a safira, todas relatadas no tesouro de Alberto Magno como possuidoras de virtudes alexifármacas.

Aconselhava-se também que todos (os que podiam) esfregassem os dentes com a triaga pela manha. Os mais pobres, na falta da triaga, que custava bastante caro na época, podiam esfregar seus dentes com dentes de alho. De fato, Rosa sugeria a todos que comecessem dentes de alho assados, os quais eram chamados pelo mesmo de *triaga dos rústicos*.

Aconselhava-se o uso dos agrumes ou *coisas azedas*, como o sumo de limão, a cidra, o vinagre e os tamarindos. Essas substancias eram usadas havia muito tempo na conservação dos alimentos ao que lhes atribuíam virtude de impedir a corrupção. O como dissemos acima, a causa da peste era exatamente oriunda da corrupção de determinadas substancias, assim todos aqueles ingredientes que serviam à conservação eram também tidos por remédios.

Finalmente, o nosso autor, tao preocupado com os trópicos, não poderia deixar de citar certos simples encontrados por estas partes que poderiam auxiliar os médicos na cura dos apestados. Estes simples eram a raiz do Angélico, já conhecida e utilizada no Brasil, e o Óleo de Copaúba, muito produzido na capitania do Rio de Janeiro, e dali exportado para todas as outras capitancias, apesar da existência da matéria-prima deste simples em todo o país, este óleo possuía diversas virtudes. Ele possuía virtudes Alexifármacas, cicatrizantes e era usado para estancar as “câmaras soltas” das mulheres¹⁰.

9 A receita do conteúdo destes *pomos* se acha em ROSA, 1694: 43.

10 Esse uso o autor atesta ter observado sendo praticado pelos tapuias, ROSA, 1694: 55-56.

Conclusão

A alternativa médica proposta por João Ferreira Rosa repousava-se num olhar grandemente marcado por uma formação histórico-filosófica e no estudo de grandes autores que, também eles, haviam sido formados numa cultura onde a leitura do conhecimento dos antigos era incontornável. Dai que todas essas obras a que fazia referencia o autor eram escritas em língua latina. É desta cultura que Rosa bebia para propor a sua interpretação da peste pernambucana.

Essa explicação negligenciava por completo os informes passados pelo cirurgião Antonio Brebon acerca de sua autopsia no corpo do homem que havia morrido da doença que assolava as terras pernambucanas. Rosa, apesar de anexar o relatório do cirurgião no inicio de seu tratado, não fazia em momento algum menção aos dados obtidos por Brebon. Em momento algum as lombrigas eram objeto de sua preocupação. Porque isso?

A sua negligência pode ser explicada preponderância de certas escolas médicas entre os intelectuais da medicina portugueses, que simplesmente refutavam todo tipo de conhecimento obtido pela empiria. No próprio dizer de Rosa, ele pretendia

mostrando-lhes neste breve volume os mais largos conselhos, & apropriados remédios, tirados não dos Empíricos, mas dos Metódicos, & Racionais.
(ROSA, 1694: segue o relatório de Brebon)

A escola da medicina Empírica representava aqueles médicos que repudiavam todo tipo de conhecimento teórico apriorístico e cuja doutrina repousava unicamente no uso das mãos, na pratica médica e na observação. Estes médicos, muito bem representados na obra *de antiqua medicina* de Hipócrates, repudiavam totalmente a importância da filosofia para o conhecimento médico.

Isso era impensável em Rosa e naqueles outros autores de que ele se serve. Fortemente embebidos numa enorme cultura filosófica, não havia lugar no pensamento de Rosa e outros médicos universitários de seu tempo para aceitar o *pitaco* de “intrometidos” empíricos que, sem nenhuma formação humanista, aventuravam-se a interpretar doenças universais sem do universo terem alguma noção.

A forte preponderância desta cultura erudita e filosófica no mundo português e brasileiro poderia também explicar o conhecido “atraso” do estudo anatômico entre os médicos ibéricos. Isto porque a pedra de toque da cultura peninsular baseava-se preponderantemente na leitura dos textos da antiguidade e no saber filosófico e especulativo.

A patologia proposta por João Ferreira Rosa parece ter-se configurado, a partir de 1694, como aquela mais autorizada entre os médicos, cirurgiões e barbeiros de aquém e além mar e ter servido à normatização e regulação da atividade médica entre aqueles menos “preparados” no interior do Estado português.

Bibliografia:

- *Dictionnaire des Sciences Médicales – Biographie médicale*, Paris: C. L. F. Panckouke, 1820-1825.
- ANDRADE, Gilberto Osorio et alii, *Morão, Rosa e Pimenta – Notícia dos três primeiros livros em vernáculo sobre a medicina no Brasil*, Pernambuco: Arquivo Público do Estado de Pernambuco, 1956.
- CAMENIETZKI, Carlos Ziller, O cometa, o pregador e o cientista – Antonio Vieira e Valentin Stansel observam o céu da Bahia no século XVII, *Revista da sociedade brasileira de Historia da Ciência*, n. 14, pp. 37-52, 1995.
- _____, *Esboço biográfico de Valentin Stansel (1621-1705), matematico jesuita e missionario na Bahia*, In: “Ideação”, Feira de Santana, n. 3, pp. 159-182, jan./jun. 1999.
- Alessandro Pastore & Enrico Peruzzi, *Girolamo Fracastoro fra medicina, filosofia e scienze della natura: atti del convegno internazionale di studi in occasione del 450° anniversario della morte*, Florença: Olschki, 2005.
- MACHADO, Barbosa, *Bibliotheca Lusitana*, tomo II, Lisboa: Ignácio Rodrigues, 1747.
- ROSA, João Ferreira da, *Trattado unico da constituição pestilencial de Pernambuco : offerecido a ElRey N.S. por ser servido ordenar por seu Governador aos Medicos da America, que assistem aonde ha este contagio, que o compusessem para se conferirem pelos coripeos da Medicina aos dictames com que he trattada esta pestilencial febre / composto por Joam Ferreyra da Rosa Medico formado pela Universidade de Coimbra, & dos de estipendio Real na dita Universidade, assistente no Recife de Pernambuco por mandado de Sua Majestade que Deos guarde*, Lisboa: na Officina de Miguel Manescal, impressor do Príncipe Nosso Senhor, 1694.